

GRILAGEM

Advogado da Fundação Palmares é ameaçado em Cavalcante e sai escoltado pela PM. Cartórios de Goiás, Mato Grosso e Pernambuco não querem registrar terras de negros por pressão de fazendeiros

Quilombos sem registro

Romário Schettino

Da equipe do **Correio**

Na última quinta-feira, o advogado Cícero Santos de Lima, da Fundação Palmares, que acompanhava o registro em cartório do documento que dá aos Kalunga — descendentes de escravos negros que há mais de 150 anos vivem no interior de Goiás, a 350 quilômetros de Brasília — a posse definitiva de suas terras, foi intimidado por dois pistoleiros não identificados e teve que sair da cidade escoltado por policiais.

A legalização das terras dos quilombos — refúgios dos escravos e seus descendentes que se organizavam em busca da liberdade — está prevista no artigo 68, das Disposições Transitórias da Constituição. A Fundação Palmares, vinculada ao Ministério da Cultura, ficou encarregada por Medida Provisória de realizar a tarefa de titulação. Embora a Fundação registre 724 áreas em todo o país, estima-se que existam hoje cerca de mil comunidades quilombolas espalhadas pelo Brasil.

No fim do ano passado, o presidente Fernando Henrique Cardoso prometeu entregar os títulos de propriedade às quatro mil famílias que vivem no Quilombo dos Kalunga. O cumprimento dessa promessa, no entanto, esbarra em interesses que envolvem fazendeiros e donos de cartório.

É neste clima tenso que os descendentes dos quilombos começam a receber titulação de suas terras. Há problemas localizados em cartórios de Goiás, Mato Grosso e Pernambuco, que não querem registrá-las por pressão de grileiros da região. O atual titular do registro de imóveis de Cavalcante, Goiás, Eri Nunes Bandeira, que já havia iniciado seu trabalho, teve que encerrar o expediente pois foi pressionado por dois homens e uma mulher que se dizia secretária da juíza da comarca.

“O que aconteceu comigo e com o escrivão é de uma truculência sem medida”, conta o advogado Lima. A promotora Úrsula Catarina, ao tomar conhecimento das ameaças, pediu à PM que acompanhasse o advogado até Brasília para evitar uma tragé-

Carlos Moura 1.10.95



A COMUNIDADE KALUNGA VIVE HOJE ESPREMIDA EM PEQUENAS VILAS

dia. Ao sair do cartório, Lima ainda ouviu de um dos “estranhos” frases intimidatórias: “Aqui, as coisas são resolvidas à bala”.

O título do governo federal que reconhece o Quilombo de Kalunga também está sendo rejeitado por escrivães de Monte Alegre e Teresina de Goiás, pró-

ximas a Cavalcante. A intimidação também já foi traduzida em violência. A vereadora Ester Fernandes de Castro, de Teresina de Goiás, disse que no dia 20 foram derrubadas duas casas de famílias kalungas pelo gerente da Fazenda Soledade. O fazendeiro usou motosserra para pôr abai-

xo as casas de madeira de Josino da Silva e Madalena dos Santos.

A presidenta da Fundação Palmares, Dulce Pereira, pediu à Procuradoria Geral da República que obrigue esses cartórios a cumprirem a Constituição, mas o recesso judicial retarda as providências da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão. Enquanto isso, a violência anda solta, como a que aconteceu com o advogado Lima.

A dona do cartório de Registro de Imóveis, de Teresina de Goiás, a tabeliã Mara Nei aponta dificuldades no documento emitido pela União. Ela alega que o Quilombo Kalunga atinge três municípios e “falta definição quanto aos limites exatos de cada terreno”. Enquanto aguarda resposta judicial, o documento continua pendente.

A confusão é grande. Para Felisberto Aguiar de Souza, da Associação Quilombo Kalunga, “vai haver conflito grave se o cartório não registrar o título. Os negros estão encurralados em pequenas vilas sabendo que suas terras estão ocupadas por fazendeiros de fora. É preciso haver justiça”.

CLISS	29/7/2002	118	157	Documentação
CLISS	29/7/2002	118	157	Documentação